

Volta à normalidade

AINDA não se passou tempo suficiente para uma avaliação segura sobre se o Governo Collor agiu bem ao bloquear, em 16 de março de 1990, uma parte expressiva da poupança financeira do País. A História dirá se o gesto do Governo recém-empossado foi precipitado ou necessário. No entanto, a rememoração da trajetória da economia nos últimos meses já permite algum tipo de reflexão.

O PAÍS ainda convive com uma inflação alta, que agora passa da casa dos 10% ao mês. Mas nenhuma análise dessa situação deverá descartar o fato de que, nas primeiras semanas de março de 1990, o índice era de 84% e tudo levava a crer que, rapidamente, atingiria os patamares dramáticos observados na Alemanha da década de 20 ou na Bolívia da primeira metade dos anos 80.

EMBORA ciente das consequências da hiperinflação, a sociedade brasileira ainda não entrara no desespero do "cada um por si". Empresas e poupadores, nas tentativas de defesa do patrimônio, estavam cada vez mais à mercê de manobras especulativas, mas os ativos financeiros tradicionais conseguiram reter em moeda nacional a maior parte dos recursos disponíveis.

AO mesmo tempo, as estatísticas do IBGE apontavam para queda acelerada na produção industrial. A safra havia encolhido. Os salários, embora informalmente indexados, não conseguiam acompanhar o ritmo

galopante da inflação (e a perda mensal era superior a 25%).

O PAÍS havia perdido enorme quantidade de reservas cambiais e se declarara em moratória junto aos credores externos — pela primeira vez, em muitos anos, fora suspensa a remessa de dividendos do capital estrangeiro aqui aplicado, quebrando-se um dos últimos elos da confiança que os investidores ainda tinham no Brasil. O déficit público apontava para o fantástico nível de 8% do Produto Interno Bruto, sem qualquer possibilidade de financiamento (todo o estoque de títulos da dívida pública em poder do público girava diariamente no mercado, como em uma nervosa dança de cadeiras, em que a música podia parar a qualquer momento).

O RECEIO do desabastecimento produzia histeria no consumo, com grau de desperdício inconcebível para uma nação que tem grande parte de sua população à margem do mercado.

ERA evidente que não seria fácil desativar a bomba prestes a explodir. Qualquer que fosse a política escolhida, o Brasil estava condenado a um período de empobrecimento, que poderia ser apenas maior ou menor.

O BLOQUEIO dos cruzados novos foi, sem dúvida, traumatizante. O mercado financeiro ainda vive num clima de desconfiança. Mas a atmosfera negativa terá de começar a se desfazer face ao fato de que, no próximo dia 16 — com um mês de antecipação — os cruzados novos começarão a ser liberados, recebendo a mesma corre-

ção oferecida às cadernetas de poupança. Muita gente dava por perdido esse dinheiro e certamente é o que teria acontecido se a hiperinflação não tivesse sido neutralizada em março, abril e maio de 1990.

O GOVERNO federal eliminou o déficit de suas contas (o desequilíbrio persiste nas estatais, na Previdência, e no conjunto de Estados e municípios). A dívida pública deixou de ser uma ameaça e, seja empresa ou poupador, não é mais possível viver-se da ciranda financeira do overnight. As relações com os credores externos continuam tensas, mas há sinais claros de que tendem a melhorar. Ao mesmo tempo, o Governo pôs em prática um ousado programa de abertura de mercado, quebrando um modelo que gerou aberrações e monstruosidades no sistema produtivo brasileiro. Com enormes dificuldades, tenta-se fazer a privatização.

OS indicadores não permitem afirmar que a economia entrou em processo firme de reativação; esse estágio ainda não parece próximo. Mas a devolução dos cruzados novos (mesmo que o mecanismo da liberação não pareça ser o ideal, nem o mais justo) pode ser vista como dado extremamente positivo. É uma promessa — recebida com descrédito generalizado há um ano e meio — que está sendo cumprida. Não será pequeno o impacto disso no sentido do restabelecimento da confiança do poupador na economia e, de forma geral, da sociedade no Estado.